

## **CIDADANIA, IDENTIDADE E CULTURA ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA O ALUNO SURDO**

**AUTOR (A): LAÍS DAMASCENO VIEIRA LYRA**  
**ORIENTADOR: MSc. GERMANO MOREIRA CAMPOS**  
**HISTÓRIA–EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**Resumo:** Este trabalho visa mostrar a importância do aprendizado do aluno do surdo e como a inclusão destes garantem sua cidadania, descrevendo como é seu processo de ensino-aprendizagem, como o professor deve tratá-lo em primeira instância e quais providências cabíveis de direito do aluno tomar se encontra-lo em sua classe. Demonstra como deve ser suas atividades e avaliações, importância do uso da LIBRAS como (L1), trazendo como solução a cota de xerox, acessível a qualquer escola de cunho estadual/pública.

**Palavras-chave:** Inclusão, LIBRAS.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2. DESENVOLVIMENTO .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.1 Cidadania e Inclusão .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.2 Formação dos Professores, Ensino e Aprendizado dos Discentes .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.3 Compreensão e Avaliação do Aprendizado do Aluno Surdo .	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.2 Metodologia .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
3. CONCLUSÃO .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

# **1. INTRODUÇÃO**

## **1.1. Tema**

CIDADANIA, IDENTIDADE E CULTURA ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA O ALUNO SURDO.

## **1.2. Problema**

O presente trabalho tem como principal problemática analisar se as escolas públicas estaduais de Minas Gerais oferecem condições de aprendizado da disciplina de História a um aluno surdo.

## **1.3. Justificativa**

A origem da cidadania se entrelaça com os discursos liberais do século XVIII, pois surgiu como discurso legitimador do Estado burguês em formação e serviu para a transformação da organização estatal. Entretanto, o discurso evoluiu conforme o desenvolvimento da sociedade e por isso estudar a cidadania a partir dos elementos que a compõem é tarefa primordial para a criação de um conceito atual de cidadania, situando-a no paradigma das sociedades capitalistas e da democracia.

Tal conceito é necessário para dialogar sobre a importância para a sociedade de um sistema educacional que propicie a formação de cidadãos que participem efetivamente da construção do Estado e da concretização dos direitos tão belamente elencados neste. Assim sendo, o presente trabalho busca analisar a especificidade do Ensino de História para Surdos, levando em conta as particularidades da língua e do português normativo, que são de naturezas comunicacionais diferentes, mas que precisam ser trabalhadas de maneira intercaladas e inter-relacionadas, uma no auxílio da outra. Para que o aluno tenha uma educação de qualidade digna, garantindo assim sua interação plena com a comunidade escolar a qual inserido.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA, 2006, p.166)

Lacerda aponta que por mais que os alunos surdos tenham todo o aparato conquistado por sua comunidade, a interação e a inclusão só acontecem por meio de uma boa proposta e a boa vontade do meio para fazer o que isso aconteça.

Com a publicação da lei 10.436 no ano de 2002 que reconhece a língua de sinais a ser utilizada pela comunidade surda e a integração do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino é necessário e imprescindível um estudo detalhado sobre a legislação e sobre o processo de ensino-aprendizagem desta parcela da nossa sociedade, para que a inclusão realmente se efetive. “É

reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. E ainda define no parágrafo único: “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Lei nº 10.436, de 24 abril de 2002<sup>1</sup>). Para garantir a formação de profissionais capacitados ao ensino da Libras nos cursos de Licenciatura e nos demais níveis de ensino, o Decreto, no seu Capítulo IV, trata sobre o uso e a difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação e orienta as instituições de ensino superior em seus processos seletivos e de ensino quanto ao uso da Libras e da Língua Portuguesa.

Da mesma forma, o referido Decreto, ainda no seu Capítulo V, trata sobre a formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, que poderá acontecer em cursos de profissionalização, de extensão universitária e/ou de formação continuada em instituições de ensino superior. A certificação desses profissionais deverá ser realizada por instituições de ensino superior e/ou demais instituições credenciadas pelas secretarias de educação. Portanto se é matriculado aquele aluno surdo naquela escola regular específica, pois e perto de seu endereço a escola tem por obrigação a solicitação do professor/tradutor da Língua de Sinais para este.

Para que o aluno surdo tenha desenvolvimento completo, o professor da sala regular precisa criar estratégias e fazer adaptações curriculares, oportunizando que esse aluno acompanhe o que está sendo trabalhado. Por maioria os surdos nascem em família ouvinte/oralisada e por falta de conhecimento ou aceitação tentam incluir a oralização/portuguesa como primeira língua (L1), mas a criança surda aprende através da percepção visual, a visão lhes proporciona a aprendizagem, já o ouvinte

---

<sup>1</sup>Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

escuta e reproduz através da fala, há como preconceito a mudez entre os surdos, existem casos, mas maioria deles precisam de acompanhamento fonoaudiólogo para a inserção dos fonemas. Por isso é de total importância que tenham o acompanhamento dos intérpretes e reforço na sala pedagógica ou reservadas para a educação especial. Educadores de história tem como vantagem os livros didáticos bem ilustrados, por tanto temos como mais fácil acesso ao aluno se chegam sem um intérprete de imediato em sala, entretanto não podemos nos prender a isso, sempre elaborar atividades e estratégias para que o aluno se sinta abraçado pelo mediador de seu conhecimento, portanto preocupar-se com a qualidade do ensino alcançado a este aluno traz como garantia de sua cidadania plena.

## **1.4. OBJETIVOS DA PESQUISA**

### **1.4.1. Objetivo Geral**

Analisar o comportamento do corpo discente e docente no qual o aluno atípico foi inserido, que garanta seus direitos previstos por lei e avaliá-lo como tal.

### **1.4.2. Objetivos Específicos**

- Compreender o que é cidadania e como ela atua para garantir ao aluno surdo seus direitos de cidadão no ambiente escolar;
- Auxiliar corpo administrativo escolar e professores a lidarem com o aluno na escola de forma inicial, introdutória naquele espaço;
- Buscar uma avaliação justa conforme o seu método de aprendizagem.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Cidadania e Inclusão**

A cidadania esteve e está em permanente construção. É um referencial de conquista da humanidade por meio daqueles que sempre buscam por mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletiva e não se conformando frente às dominações hegemônicas, seja do próprio Estado, seja de outras instituições.

Os surdos por muito tempo lutaram por reconhecimento, por mais que impostos a oralização, INES a primeira escola voltada somente a eles, desenvolvida por D. Pedro II, no Rio de Janeiro, depois foram direcionados a APAES e por revolução agora obtiveram o direito a frequência as escolas públicas regulares, com o auxílio de intérprete do português para LIBRAS, a socialização com os demais colegas de classe e funcionários das escolas.

A cultura e a comunidade surda, por se tratar de dimensões inseridas na cultura hegemônica, que é a ouvinte, foram e são formadas, ainda hoje, com base na exclusão imposta pelo mundo ouvinte, como também com base nos valores negativos propostos a essa diferença.

A cultura surda, no entanto, começou a expandir-se não somente no âmbito educacional, ou seja, não mais como uma língua diferente, mas também por conhecimentos e crenças comuns que auxiliaram na constituição de uma cultura própria. Então, a constituição da identidade dos surdos passa pela mudança de paradigma da deficiência para o de minoria lingüística e cultural (Kauchakje, 2003).

Conviver com aqueles que compartilham uma condição funcional acaba, assim, fortalecendo os processos identitários que têm marcado essas novas configurações do movimento dos surdos, sendo algo de fundamental importância para o reconhecimento social da cultura surda.

A identidade implica o processo de consciência de si próprio, sendo que esta ocorre por meio de relações intersubjetivas, de comunicações lingüísticas e experiências sociais, tornando-se um processo ativo (Doron e Parot, 2001).

A condição funcional dos sujeitos é parte constituinte não só de sua identidade, mas também de como esse processo atua nas formas de organização política e social de um grupo minoritário. Logo, ressalta-se a importância do reconhecimento da diferença não como algo de menor valor em relação ao que é compartilhado pelos grupos hegemônicos, mas, sim, como algo intrínseco e singular do sujeito, pois é com base nessa diferença que o surdo se constitui.

Desse modo, a identidade, em uma perspectiva social, é realizada no espaço das relações, tratando-se de um processo dinâmico, ou seja, [...] um processo contínuo de construção e desconstrução, na ambigüidade presente e inevitável que a compõe, implicando um trabalho de unificação de diversidade, incorporando a diferença. (MAHEIRIE, 1994, p. 65).

A comunidade surda é quem deve identificar simbolicamente de acordo com seu histórico e a intensidade da sua condição como surdo sua posição política. A surdez profunda causa a quem é oralizado a condição de estigma de coitadinho, de incapaz perante assuntos políticos por exemplo, mas aqueles que não tenha sido para eles problemáticas, em condição auditiva restrita os fonemas é menos turbulento. Portanto o movimento político e posição cabem a eles determinar, a quebra do paradigma ouvinte e a hegemonia deste, trazem a eles uma vivencia negativa da oralização portanto tem-se a LIBRAS como a primeira língua (L1).

Segundo Silva (2000, p.80), a característica da linguagem tem consequências importantes para a questão da diferença e da identidade cultural. Considerando que a diferença primordial dos surdos permeia a questão da linguagem, pode-se perceber o quanto a constituição da identidade é marcada por essa dimensão lingüística, fazendo com que essa diferença seja concebida como referenciada e dotada de sentido nas trocas sociais. Partindo disso, torna-se fundamental compreender as relações culturais e sociais que constituem a identidade das pessoas. Conforme Guareci (2000, p. 111),

Segundo Kauchakje (2003, p. 75), no campo teórico, os direitos à igualdade e à diferença apresentam fortes antagonismos, mas, na realidade social, tanto ao se

tratar da relação com a inclusão quanto com processos de exclusão social, eles aparecem imbricados e adquirindo sentidos que se tocam.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola.

Os surdos, por norma são utilizadores de uma comunicação espaço-visual. Alguns fatores podem afetar o processo de aprendizagem de pessoas surdas, como por exemplo: o período em que os pais reconhecem a perda auditiva, o envolvimento dos pais na educação das crianças, os problemas físicos associados, os encaminhamentos feitos, o tipo de atendimento realizado. Embora os aspectos médico, individual e familiar ampliem o universo de análise sobre o fenômeno, nos chama a atenção para a necessidade de vê-los sob uma perspectiva sócio – cultural.

O surdo difere do ouvinte, não apenas porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psicoculturais próprias. Somos todos diferentes.

## **2.2 Formação dos Professores, Ensino e Aprendizado dos Discentes**

Papel do professor de história é o auxílio para com os alunos na tradução e interpretação de fatos do passado e promover pensamentos sobre experiências vividas pelas vidas antecessoras a nossa. Sentido esse dado pelo tempo a qual tomamos por tradução da história: Os homens no tempo e como suas ações influenciam nas sociedade e em gerações futuras.

A questão do historiador é formulada do presente em relação ao passado, incidindo sobre as origens, evolução e itinerários no tempo, identificados através das datas. A história faz-se a partir do tempo: um tempo complexo, construído e multifacetado. (PROST, 2012, p. 96)

Cabe aos professores de história dar sentido ao passado, as experiências históricas e dar-lhe um posicionamento como se encaixa na vida presente de qualquer indivíduo, para ensina-lo a viver.

Para Verri e Alegro, o professor de História deve iniciar o ensino de conceitos históricos mais amplos e genéricos para depois partir para os mais específicos, pois um novo conceito aprendido (re)organiza os conceitos anteriores, tomando pra si os conhecimentos de mundo ao qual o aluno esta inserido. Paralelamente a isso, o docente precisa se valer da exemplificação em LIBRAS para conduzir o aluno surdo à reflexão sobre os conceitos que aprendeu (VERRI; ALEGRO, 2006, p. 109).

Bittencourt acrescenta que o professor de História deve fazer uso do conhecimento prévio do aluno, o que é necessário para a construção de novos significados e esquemas (BITTENCOURT, 2009, p. 189), também é importante partir do conhecimento do vivido pelo aluno, para que a partir desse seja possível “situar as problemáticas enfrentadas na vida em sociedade”, do mesmo modo como “no mundo

do trabalho e nas relações de convívio e se efetivem aprendizagens provenientes do conhecimento acumulado e sistematizado por métodos científicos” (BITTENCOURT, 2009, p. 190).

A educação de pessoas surdas é um tema bastante preocupante, afinal são 10.000.000 de pessoas na condição de surda nesse país. Pesquisas desenvolvidas no Brasil, indicam que um número significativo de sujeitos surdos que passaram por vários anos de escolarização apresenta competência para aspectos acadêmicos muito aquém do desempenho de alunos ouvintes (implica-se muito pela falta de profissionais capacitados na área), apesar de suas capacidades cognitivas iniciais serem semelhantes. Uma evidente inadequação do sistema de ensino é denunciada por estes dados, revelando a urgência de medidas que favoreçam o desenvolvimento pleno destas pessoas, garantindo assim uma cidadania não só no papel, mas também em execução real no cotidiano escolar.

Em primeira instância quando se trata do ser surdo em uma sala de aula, é trata-lo de acordo com sua cultura, esta que de explica no uso da língua de sinais como (L1), depois introdução sempre de imagens com os auxilio já que são seres extremamente visuais, faz parte de sua identidade e mantê-la não tornando-o um extraterrestre neste ambiente, por não escutar.

Dessa maneira, a primeira língua também é componente curricular, considerada como língua de comunicação e de instrução, que possibilite ao aluno surdo o acesso ao conhecimento e a ampliação do uso social da língua nos diferentes contextos, para assim saber expressar-se e comunicar-se em plena clareza.

Nesse sentido, Brito aponta que a Língua de Sinais é diferente das demais línguas orais pela sua natureza, que é visual-espacial, articulando-se no espaço e sendo percebida visualmente, dessa forma, é no espaço que constituem os seus mecanismos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos) que veiculam significados (BRITO, 1997, p. 8). McCleary explica que os surdos se diferenciam dos demais grupos pela sua experiência única de aquisição de linguagem, ou seja, por meio das Línguas de Sinais, essas não possuem sistemas de escrita desenvolvidos historicamente, o que torna as narrativas nestas línguas uma espécie de oralidade primária, pouco influenciada pela escrita (MCCLEARY, 2000, p. 673).

A segunda língua (portuguesa na modalidade escrita) é ensinada e trabalhada, por meio “das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas” pelos alunos nas suas experiências com a primeira língua (SÃO PAULO, 2008a, p. 29). O objetivo do ensino da Língua Portuguesa para surdos é proporcionar a esses alunos o domínio “dos gêneros textuais, usados nas diversas esferas de comunicação” (SÃO PAULO, 2008b, p. 109). Nesse sentido o auxilio do interprete e a professora da sala de recursos nos quais ele está direcionado para a compreensão textual portuguesa, contexto histórico e obter com melhor a linha de fatos histórico.

Os professores são orientados academicamente em um verdadeiro contos de fadas rosas, que não pertence a realidade das escolas estaduais do Estado de Minas Gerais, o preparo não é de fato eminente e, contudo, o pânico de não saber lidar não só com o aluno atípico, mas também com os demais estudantes.

É urgente a reflexão acerca da formação de professores na licenciatura em História, em vista da sua preparação para o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, que têm a inclusão escolar como direito. (2006: p. 112).

Por muitas vezes os professores por ignorância em relação aos estudantes, e a omissão da Secretaria da Educação e equipe de gestão da escolar, se iludem por achar que conseguirá atender a grande parcela de alunos presentes em sala, por muito tempo não percebem a presença de um aluno surdo em sala, por não haver “existência” da mesma, pois o surdo não aparenta “nada” de diferente ainda mais se for oralizado e com habilidades de leitura labial. Detectando tal deficiência o professor deve informar a direção da escola para que solicite por um intérprete com a provação comprovada no CRAS<sup>2</sup> estadual.

Assim, acredito que a história não deve se furtar à responsabilidade que lhe compreende no desafio de educar historicamente alunos surdos. Não é aceitável que a história feche os olhos para esta situação que se coloca, cedendo esta tarefa a campos do conhecimento que não são capazes de abordar com a profundidade necessária a reflexão acerca da história ensinada.

Por outro lado, a relação professor-intérprete pode ocorrer em outras bases, a da codocência, na qual ambos atuam efetivamente juntos, do planejamento à realização das aulas.

O trabalho compartilhado entre dois profissionais envolvidos e comprometidos poderá trazer avanços qualitativos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos. A interação mais próxima entre professor regente e tradutor intérprete ou entre professor regente e professor intérprete contribuirá mais significativamente na construção de conhecimentos dos alunos surdos. (COSTA; KELMAN, 2018)

Papel principal do intérprete além de tradução mas também é a formação do pensamento na língua portuguesa para o surdo, composição de pensamento para ajudá-lo na leitura por exemplo

Apesar da clareza de que a inclusão não se refere apenas a esse grupo específico de alunos, considerando que no país existem diversas outras "necessidades" e "diversidades" que estão sofrendo exclusão e fracasso escolar, os alunos que apresentam alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, estão sempre no cerne de reflexões que atentem para a educação de todos. Além disso, vários pesquisadores do campo da Educação Especial (CARVALHO, 2008; GLAT, 2007, dentre outros) têm se debruçado em estudos que centram essa temática - educação inclusiva - pois a mesma se coloca como um grande desafio para a área, já que sugere uma transformação radical no ambiente escolar para que aluno atípico, se sinta acolhido e amado.

O ensino de alunos surdos em português e Língua Brasileira de Sinais (Libras) ao mesmo tempo é uma das prioridades da Secretaria de Modalidades Especializadas

---

<sup>2</sup> CRAS-Órgão do estado de Minas Gerais responsável pela admissão de intérpretes estaduais.

de Educação e do Ministério da Educação. O ensino bilíngue, considerado recurso importante para que a criança surda avance na aprendizagem e na socialização, está previsto no Decreto nº 9.665/2019<sup>3</sup>, que definiu as funções da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos.

---

**3º O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA** :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, na forma dos [Anexos I e II](#).

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do [Anexo III](#), os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e Funções Gratificadas - FG:

I - do Ministério da Educação para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia :

- a) cinco DAS 101.3;
- b) quatorze DAS 101.2;
- c) sete DAS 101.1;
- d) um DAS 102.3; e) onze FCPE 101.3;
- f) onze FCPE 101.2; g) seis FCPE 101.1; e
- h) quatro FG-1; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para o Ministério da Educação:

- a) um DAS 101.5; b) um DAS 101.4;
- c) quatro DAS 102.5; d) um DAS 102.2;
- e) sete DAS 102.1; f) uma FCPE 102.3;
- g) onze FCPE 102.2; h) vinte e sete FCPE 102.1;
- i) duas FG-2; e j) quatro FG-3.

Art. 3º Ficam transformados, na forma do [Anexo IV](#), nos termos do [art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016](#), os seguintes cargos em comissão do Grupo-DAS e FCPE:

- I - seis DAS-3 e treze DAS-2 em cinco DAS-5 e um DAS-4; e
- II - dez FCPE-3 em vinte e uma FCPE-1.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos em comissão e funções comissionadas que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, por força deste Decreto, ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 6º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do Ministério da Educação deverão ocorrer até 13 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Educação publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o [Anexo II](#), que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 7º O Ministro de Estado da Educação poderá editar regimento interno abrangendo todas as unidades administrativas integrantes de sua estrutura regimental, ou regimentos internos específicos abrangendo uma ou mais unidades ou subunidades administrativas, detalhando as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Educação, as suas competências e as atribuições de seus dirigentes.

Parágrafo único. Os registros referentes ao regimento interno serão realizados no sistema informatizado do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg até a data de entrada em vigor do regimento interno ou de suas alterações.

Art. 8º O Ministro de Estado da Educação poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE, desde que não sejam alteradas as

Incluir surdos em salas de aula regulares inviabiliza o desejo dos surdos de construir saberes, identidades e culturas a partir das duas línguas (a de sinais e a língua oficial de seu país) e impossibilita a consolidação linguística dos alunos surdos

### 2.3 Compreensão e Avaliação do Aprendizado do Aluno Surdo

O ensino de história se constitui enquanto uma prática de letramento, na qual são prioritariamente estabelecidos eventos de oralidade, leitura e escrita. Pensar o letramento em história para surdos pressupõe, portanto, uma reformulação destas práticas de letramento, uma vez que este deve ser construído em Libras, primeira língua do surdo e língua na qual o sujeito surdo caracteriza e dá sentido às suas experiências.

Não haveria experiências ao longo das quais o sujeito não fosse dado, nas suas relações constitutivas, naquilo que ele tem de idêntico a si mesmo? Não haveria experiências nas quais o sujeito possa se dissociar, quebrar a relação consigo mesmo, perder sua identidade? (FOUCAULT, 1984, p. 50).

Incluir surdos em salas de aula regulares inviabiliza o desejo dos surdos de construir saberes, identidades e culturas a partir das duas línguas (a de sinais e a língua oficial de seu país) e impossibilita a consolidação linguística dos alunos surdos.

O bilinguismo trata-se de uma proposta de ensino que visa tornar acessível ao surdo as duas línguas no contexto escolar, partindo da língua de sinais para o aprendizado da língua escrita, e considerando, portanto, a língua portuguesa como uma segunda língua, garantindo às pessoas surdas o direito de serem ensinadas na sua língua natural, a língua de sinais. (QUADROS, 1997).

O objetivo do modelo bilíngue é criar uma identidade bi cultural, pois permite à criança surda desenvolver suas potencialidades dentro da cultura surda e aproximar-se, através dela, à cultura ouvinte. Este modelo considera, pois, a necessidade de incluir duas línguas e duas culturas dentro da escola em dois contextos diferenciados, ou seja, com representantes de ambas as comunidades desempenhando na aula papéis pedagógicos diferentes

Maior dificuldade encontradas pelos professores atualmente é a falta de conhecimento prévio por parte dos alunos ou se os obtém é por mídias não adaptadas

---

unidades da estrutura organizacional básica especificadas na [Tabela "a" do Anexo II](#) e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na [Tabela "b" do Anexo II](#), conforme o disposto no [art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009](#).

Art. 9 º-Fica revogado o [Decreto nº 9.005, 14 de março de 2017](#).

Art. 10. Este Decreto entra em vigor em 30 de janeiro de 2019.

Brasília, 2 de janeiro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

*Paulo Guedes*

*Ricardo Vélez Rodríguez*

a eles, por motivos de obterem acesso a TV INES, ou então a legendas que para eles é pouco entendível pois a capacidade de leitura português normativo e o pensamento em uma língua que primeira instância não é a deles os trazem fragmentos e não conhecimento total de um determinado assunto ou matéria disciplinar. Muitos deles atingem o ensino fundamental II sem nenhuma informação ou construção do saber histórico pois como consequência, percebe-se os alunos com um volume grande de informações, mas informações fragmentadas e, portanto, sem muito significado.

Por isso, percebo que os interpretes são colocados um duplo desafio: o de traduzir com excelência aula em uma língua que não é a sua e, ao mesmo tempo, buscar metodologias que possibilitem a utilização da língua como forma de instigar os demais alunos a participarem e se envolverem verdadeiramente com as aulas.

Sempre que possível levar em conta que o papel do professor de surdos é também o de socializar os conhecimentos que lhes são negados pela falta de acessibilidade, a fim de que estes alunos possam sentir-se parte da sociedade em que vivem, conhecendo o passado e também os acontecimentos presentes. Ou seja, “considerar a sala de aula de História como o lugar onde é possível o debate conceitual sobre os acontecimentos históricos do passado e do presente”. (SEFFNER, PEREIRA, 2008, p.174), respeitando as particularidades linguísticas dos surdos.

Tendo em vista o caráter espacial-visual da língua de sinais e, naturalmente, o maior desenvolvimento das habilidades relacionadas à memória e raciocínio visuais, as atividades que envolverem imagens e o contato com objetos de significado histórico são as que o melhor apresentam resultados e que geram maior interesse e participação da turma.

As avaliações por lei é garantida a filmagem do interprete pois assim o interprete coloca sua interpretação das perguntas disciplinares com clareza a eles, por mais que sabido que a estrutura das escolas estaduais, não é essa a realidade. Mas meios como gravação pelo celular e a exibição deste material na hora da avaliação podem ser uma saída importante para sanar este problema. O objetivo do trabalho com imagens é também o de “localizá-los no tempo”.

**desenhos/ilustrações/fotografias**—poderão ser aliados importantes, pois trazem, concretamente, a referência ao tema que se apresenta. Toda a pista visual pictográfica enriquece o conteúdo e estimula o hemisfério cerebral não linguístico, tornando-se um recurso precioso de memorização para todos os alunos. (BRASIL, 2006, p. 75)

Ha três esferas que ajudam produzir a história ensinada em sala de aula a qual dependemos do conhecimento prévio dos alunos, depois o conhecimento produzido neste espaço e logo saberes didático pedagógico no ato de ensinar.

São questões tais como: 1- quais os conhecimentos prévios que os alunos surdos utilizam para aprender história; 2- como incentivar a criação de materiais históricos adequados para surdos 3- quais significados históricos os surdos articulam em suas experiências diárias? Acreditamos que estas são questões importantes que devem ser colocadas não apenas na área da Educação Especial, mas, também na história

A origem do Roteiro Imagético está relacionada à necessidade de desenvolver um recurso diferenciado no qual pudesse usar imagens sobre um tema específico como condutoras da exposição dos conteúdos. Já entendendo, àquela época, que, se ao estudante surdo faltava (total ou parcialmente) a audição, explorar a visão, como sentido alternativo, podem ser o mais adequado ao ensino daqueles estudantes. Estão familiarizados ao meu ver docente com o emprego de imagens estáticas ou em movimento. Sempre as considere como recursos capaz de facilitar a aprendizagem histórica, sobretudo por sua capacidade de tornar visíveis aos alunos tempos (ou concepções de tempos) distantes daquele onde vivem(os), muitas vezes insondáveis quando restritos à narrativa exclusivamente oral e abstrata do professor.

O roteiro imagético <sup>4</sup>inverte o uso tradicional das imagens na aula de História, na qual costumam ser apresentadas para ilustrar, exemplificar ou comprovar a fala do professor e os textos utilizados. As imagens deixam assim de ser um ponto de chegada para tornar-se a partida. A aula é construída a partir de sua leitura. E essa leitura, em uma outra inversão, parte das informações fornecidas pelos alunos, da descrição que fazem das imagens e dos conhecimentos prévios, alicerces da construção da aprendizagem significativa (VERRI; ALEGRO, 2006, p. 100). Imagens e alunos, surdos ou ouvintes, elevam-se, assim, à condição de protagonistas da aula. Toma de partida as perguntas: Qual é o seu tema? Quando e onde se passa? O que está acontecendo? Seguindo o roteiro proposto é o momento no qual o professor pode dar acabamento às falas iniciais dos alunos utilizando saberes acadêmicos.

A primeira linha do roteiro traz uma charge sobre o Eixo Roma-Berlim-Tóquio <sup>5</sup>e uma ilustração da estratégia militar conhecida como Blitzkrieg<sup>6</sup>, logo em seguida a do Holocausto<sup>7</sup>. É preciso também os instruir no sentido de que sejam capazes de identificar tipos de imagens e saber interpretá-las. No caso da charge, por exemplo, na qual os líderes do Eixo Roma-Berlim-Tóquio partilham o mundo, cabe explicar que se trata de uma peça de humor a respeito de uma situação política, a qual permite

---

#### <sup>4</sup> **Objetivos:**

- Explorar o uso de imagens como meio de conduzir a aula de História, considerando a proeminência do sentido da visão pelos sujeitos surdos;
- Ensinar os alunos, surdos e ouvintes, a ler imagens, identificando seus diferentes tipos e possibilidades de interpretação;
- Desenvolver um material prático para o professor, capaz de ser alternativo às eventuais dificuldades quanto ao uso de recursos visuais tecnológicos;
- Promover o protagonismo dos sujeitos surdos, tanto pela participação desses alunos no modelo de aula proposto, como por revelar a presença surda na História.

**Descrição:** O Roteiro Imagético (Imagem 1) é um material simples, apresentado em folha de papel, fotocopiado e distribuído a cada aluno. Nele é apresentada uma série de imagens a respeito de uma unidade ou conteúdo conceitual específico. A leitura dessas imagens conduzirá a narrativa da aula..

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://mautexjrhistory.blogspot.com/2014/04/segunda-guerra-mundial-em-charges.html>>. Acesso em: 30 set.2019

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://i0.wp.com/segundaguerra.net/wp-content/uploads/2009/04/blitzkrieg1.jpg>>. Acesso em: 30 set.2019

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://image.slidesharecdn.com/i2guerramundial-acaminhodaguerra-120131162343-phpapp02/95/i-2-guerra-mundial-a-caminho-da-guerra-9-728.jpg>>. Acesso em: 30 set.2019.

uma reflexão, considerando o contexto da guerra: ela teria sido feita por qual lado da contenda? Por qual possível motivo?

Albuquerque Júnior nos lembra de que, nas últimas décadas, ao trazer à superfície os grupos marginalizados, podemos concluir que a História propiciou inclusão. Neste sentido, a respeito do papel da História e – por que não? – do ensino da História, o autor afirma que:

Nos dias de hoje, [a História] tem o compromisso de identificar, descrever, compreender e explicar a alteridade, não para desfazê-la ou anulá-la, mas para proclamar o direito de sua existência e o necessário respeito que a ela devemos devotar. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 33)

Assim, a incorporação do surdo ao currículo da História pode significar um passo importante na inclusão escolar e social destes sujeitos. Suas repercussões vão do despertar do interesse deles pela disciplina à elevação de sua autoestima, passando pelo reforço no sentimento de identidade. Ao ver os surdos na História, os alunos ouvintes, por sua vez, terão a oportunidade de perceber aqueles de uma outra maneira. Valoriza-se a interdisciplinaridade e o ensino da História cumpre o seu papel de, como processo formativo, mudar as pessoas (VERRI; ALEGRO, 2006, p. 112).

O uso do cinema mudo também é uma ótima escolha ao auxílio dos professores com a inteiração do aluno atípico com os alunos típicos dentro de sala de aula, promovendo a empatia, na busca pela visão de mundo ao qual os surdos estão inseridos.

O filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin, clássico na disciplina de sociologia, pode ser utilizado também na disciplina de história pelo professor, abordando tema como a revolução industrial e seus impactos, provocando no aluno a visão do conteúdo e os levando a entender a visão do aluno diante as disciplinas.

*Tempos Modernos* é um filme que retrata a vida urbana nos Estados Unidos no ano de 1930, demonstrando os modos de produção industrial baseados na divisão e especialização do trabalho na linha de montagem a qual Carlitos, personagem principal interpretado por Chaplin, trabalha.

Taylorismo<sup>8</sup> e o Fordismo<sup>9</sup> são modelos de produção baseados na divisão do trabalho, ou seja, cada operário fica responsável por uma etapa do processo produtivo. A produção em massa deve ser realizada no menor tempo possível, a repetição de exercícios por parte do operário causa a alienação do mesmo.

---

<sup>8</sup> O Taylorismo é uma teoria criada pelo engenheiro Americano Frederick W. Taylor (1856-1915), que a desenvolveu a partir da observação dos trabalhadores nas indústrias.

<sup>9</sup> **Fordismo** é um termo que se refere ao modelo de produção em massa de um produto, ou seja, ao sistema das linhas de produção. O **Fordismo** foi criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914, revolucionando o mercado automobilístico e industrial da época.

Imagem 1: Filme tempos modernos



Fonte: RESEARCHGATE, 2019)

Imagem 2: Filme tempos modernos



Fonte : CINEMASCOPE (2019)

Após perguntas ao alunos como: Como era o trabalho dos empregados? Em quais condições eram realizados? Como eram os sistemas de controle? Qual a visão da empresa sobre os empregados? Quais cenas mais te marcarão? O encontramos de suporte para a matéria no filme?

Interações como essas fazem com que os alunos tenham a experiência de um mundo a qual eles não pertencem, mas ao qual estão destinados a conviver e respeitar.



Administrar a heterogeneidade dos alunos e das turmas, talvez seja o maior desafio que os professores obtêm na atualidade não só na educação especial mas todos níveis educacionais.

Dar um atendimento mais individualizado, levando em conta as particularidades de cada aluno, as diferentes formas e ritmos de aprendizagem, é uma grande dificuldade que não desaparece nas escolas especiais e regulares.

Cada aluno surdo tem suas potencialidades e limitações particulares, para as quais os professores devem estar atentos, dando apoio e atendimento diferenciado. E neste sentido, não ser um professor indiferente às diferenças implica em assumir uma postura que, "favoreça os desfavorecidos", ou seja, que volte seu foco para aqueles alunos que mais precisam, pois os deixara em posições de coitadinhos e essa não é a nossa intenção já que queremos mostrar neste devido trabalho que eles tem capacidade assim como qualquer aluno típico de uma escola regular.

Cabe ao professor a escolha entre focar-se nas impossibilidades e limitações ou nas potencialidades e talentos dos alunos, que certamente é uma experiência enriquecedora tanto para o professor quanto para os alunos.

### **3. CONCLUSÃO**

Para finalizar pude observar que a cidadania exercida não é apenas a inserção do aluno atípico na escola regular mas também o respeito a sua individualidade, seu tempo em compreensão de linguagem e forma de apreciação do mundo, que traz aos alunos típicos a experiência com a comunidades surda e o mundo em sua volta.

Pesquisei e compreendi que as formas de aprendizado desses alunos por imagem e a disciplina tátil traz ao aluno o real aprendizado, este garantido por lei, deixarei aqui como sugestão uma cota de xerox a estes, passeios em museus, companhias de rádio para o auxílio dos professores da área da história, assim torna-la tátil e visual. A avaliação e atividades deixadas por mim em sugestão aos professores, são possíveis e acessíveis a qualquer escola pública estadual que por meu de um Projeto Político Pedagógico bem elaborado com todos os membros desta, para maiores verbas governamentais, tendo assim sempre novas possibilidades e imersão ainda mais profunda de tais alunos no ambiente escolar.

Compreendeu-se que não importa como o aluno venha, quem ele seja, de onde ele venha, os discentes tem que se adequar a cada um e fazer uma educação transformadora a quem está disposto por si a seus direitos e sonhos individuais.

### **4. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Marcia; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 21-39.

AZEVEDO, Patrícia Bastos. **História ensinada: produção de sentidos em práticas de letramento**. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Educação) – UFRJ, 2011.

AZEVEDO, Patrícia Bastos. História ensinada: práticas de letramento e produção de sentido. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 23, n. 44, p. 24-45, Set./Dez. 2013.

AZEVEDO, Patrícia Bastos. Ensino de história, história, historiografia e produção de sentido em práticas de letramento. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015a.

AZEVEDO, Patrícia Bastos de; MATTOS, Camilla Oliveira. Ensino de história para alunos surdos: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n.38, p. 112 - 133, set./dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei de acessibilidade, nº 10.098/2000 e a lei de libras, nº 10.426. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 22 dez. 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção docência em formação).

BRITO, L. F. Introdução. In: RINALDI, Giuseppe et al. (Org.) **Deficiência auditiva**. Brasília: SEESP, 1997.

CINEMASCOPE. **Acervo**. Disponível em: <https://cinemascope.com.br/especiais/tempos-modernos/> Acessado em 12/11/2019.

KYLE, Jim. O ambiente bilíngue: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilinguismo para os surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. Processos e projetos pedagógicos. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, C.B.F. **Os Processos Dialógicos entre Aluno Surdo e Educador Ouvinte: Examinando a Construção de Conhecimentos**. Tese de Doutorado, UNICAMP: Campinas/ São Paulo, p.79, 1996.

McCLEARY, L. **Oralidade visual**: Implicações para a história oral. In ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL DO NORDESTE, 2., 2000, Salvador.

ATAIDE, Y. D. B. (Org.) **Do oral ao escrito: 500 anos de história do Brasil**. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia (Eduneb), 2000, p. 672-681.

NEVES, G. V. Ensino de História para alunos surdos de ensino médio: desafios e possibilidades. In: IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2009, Curitiba. Anais do Congresso Nacional de Educação, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

DIEGUES, Cacá (Direção). **Quilombo**. Elenco: Antonio Pompeo, Zezé Motta, Toni Tornado, Vera Fischer, Antonio Pitanga, Maurício do Valle, Grande Otelo, Jofre Soares. Brasil, França: Embrafilme, 1984 1 DVD (119 min.) , widescreen, color.

RESEARCHGATE. **Filme tempos modernos**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-6-Captura-de-fragmento-do-filme-Tempos-Modernos-de-Charles-Chaplin\\_fig9\\_313365919](https://www.researchgate.net/figure/Figura-6-Captura-de-fragmento-do-filme-Tempos-Modernos-de-Charles-Chaplin_fig9_313365919) Acessado em 12/11/2019

SANCHES, Danielle. Como ensinar uma disciplina de conceitos abstratos e invisíveis às pessoas que têm na visão o principal sentido? **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, publicado em 01/02/2007, acessado 27/02/2011.

SEFFNER, F. ; PEREIRA, N. M. . História, Leitura e Escrita no Ensino Médio. In: Nilton Mullet Pereira; Neiva Otero Schaffer; Samuel Edmundo Lopez Bello; Clarice Salet Traversini; Maria Cecília de A. Torres; Sonia Szewczyk.. (Org.). Ler e escrever: compromisso no Ensino Médio. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, v. 1, p. 165- 178. SKLIAR, Carlos.

GRINOWITSCH, Mônica. Reflexões de uma Professora de História Sobre o Desenvolvimento Linguístico em alunos surdos e ouvintes. In: **Revista Arqueiro** vol.7 (jan/jun) Rio de Janeiro INES, 2003.

VERRI, Célia Regina; ALEGRO, Regina Célia. Anotações sobre o processo de ensino e aprendizagem de história para alunos surdos. **Revista Práxis**, Vitória da Conquista, n. 2, p. 97-114, 2006.

DIEGUES, Cacá (Direção). **Xica da Silva**.. Roteiro: Carlos Diegues, Antônio Calado. Elenco: Zezé Motta, Walmor Chagas, José Wilker, Stepan Nercessian, Altair Lima. Brasil: Sagres Filmes, 1976. 1 DVD (107 min.), widescreen, color.

YOKOYAMA, Lia Cazumi. Reflexões sobre o ensino de história para alunos surdos. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.